

## VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO

Simone Rossini Caetano\*

Alceu Cavalheiri\*\*

**Resumo:** O artigo aborda a questão da violência simbólica, refletindo sobre o conceito e sua prática no contexto escolar. Desse modo, a violência considerada não é o ato praticado no sentido da agressão física, mas a violência simbólica, que segundo o filósofo e sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), é o poder ou as relações de poder segundo o qual a ação pedagógica é objetivamente estruturada e que impõe um arbitrário cultural de um grupo de classe a outro. Nesse sentido, pretende-se, inicialmente, traçar um breve panorama do conceito de violência. Em seguida, toma-se como referência a abordagem sociológica de Bourdieu sobre a função da escola na sociedade capitalista e, por fim, promover uma reflexão acerca de práticas que disseminam valores preconcebidos e excludentes no contexto escolar.

**Palavras-chave:** Violência. Poder. Conflitos em educação. Violência simbólica.

### Symbolic Violence And Its Implications In Education

**Abstract:** This article analyses the issue of symbolic violence, reflecting about the concept and its practice in school context. Thus, the considered violence is not the act performed towards physical aggression, but the symbolic violence, according to the French philosopher and sociologist Pierre Bourdieu (1930-2002), is the power or the power relations which the pedagogical practice is objectively structured and imposes a cultural arbitrariness from a class group to another. Thus, it intends, initially, to set out a brief overview about the concept of violence. Then, it is taking the sociological approach from Pierre Bourdieu as a reference on the function of schools at the capitalist society and finally, to promote a reflection about practices that disseminate preconceived and excluding values in the school context.

**Keywords:** Violence. Power. Conflicts in education. Symbolic violence.

---

\* Formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Franciscana de Santa Maria (UNIFRA) e em fase de conclusão de curso de Especialização em Educação e Direitos Humanos pela Faculdade Palotina (FAPAS) em Santa Maria. E-mail: [sirocae@gmail.com](mailto:sirocae@gmail.com)

\*\* Graduado em Filosofia, Licenciatura Plena, pelo Centro Universitário Franciscano - UNIFRA (1998), Especialização em Pensamento Político Brasileiro - UFSM(2003), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2006) e doutorando no Programa de Pós- Graduação em Filosofia na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [alceucavalheiri@gmail.com](mailto:alceucavalheiri@gmail.com)

## Introdução

Neste artigo, apresenta-se uma reflexão sobre a violência simbólica presente nas escolas. Trata-se de um tema histórico e atual, como poderemos ver nas referências de Pierre Bourdieu (1930-2002) e demais comentadores, que contribuem para melhor entendimento desta violência que, devido ao aumento de ocorrências, vem sendo discutida e adquirindo importância para entendermos as atuais relações humanas.

O objetivo é identificar o fenômeno violência na realidade do contexto escolar. Na perspectiva de Bourdieu, a violência simbólica se expressa na imposição legítima e dissimulada, no conjunto das relações sociais que induzem uma violência que legitima a exclusão, reproduz internamente relações de poder e de ordem, e reforça nas relações sociais, diferentes formas de dominação e de inculcação das ideologias das classes dominantes. É neste sentido que este estudo quer buscar reflexões para melhor entender as tramas que enredam o cotidiano violento das pessoas na família, na escola e na sociedade. Refletir sobre fatores que estão envolvidos nessa temática, a saber, o poder e a relação de poder<sup>1</sup>.

Refletir sobre fatores que estão envolvidos nessa temática, a saber, o poder e a relação de poder. Fatores estes que se encontram nas relações sociais, entre os seres humanos e se expressam em diferentes faces, muitas vezes simbólica ou até mesmo invisível. Não existe uma teoria específica que trate sobre o tema, mas muitos estudiosos que trouxeram o assunto para a visualização e discussão na sociedade. Entre eles, Foucault que aborda muito bem esta questão de poder, não como existente de uma instituição ou como uma verdade absoluta que faz funcionar o certo ou errado. Diz que este está intimamente ligado ao sistema, ao tempo e ao lugar; acrescenta ainda que poder não se tem, se exerce. No entanto, preocupa-se com o surgimento das instituições, Igreja, escola, que devido à cultura se unem em microesferas, que exercem poder sobre os indivíduos, interferindo na sua autonomia, tornando-os mansos e de certa forma suscetíveis a imposição e a subordinação. Os micros poderes (família, Igreja,

---

<sup>1</sup> Poder e a relação de poder que também foram abordados por Michel Foucault (1926 - 1984) em suas obras, onde analisa o poder não como objeto natural, uma coisa, mas como uma prática social e, como tal, constituída historicamente. Trata-se de avaliar o poder partindo não do seu centro (Estado) e sim, como ele acontece em níveis mais baixos da sociedade, isto é, partir desses micros poderes que atravessam a estrutura das instituições ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, penetrando em instituições, corporificando-se em técnicas e provendo-se de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos.

escola, trabalho) são detentores de grande influência nas atitudes humanas, deixando os homens aptos para o controle do Estado. Essa ideia de vigilância é que possibilita a Foucault pensar na teoria de um poder disciplinar dominando a sociedade. Esses mecanismos de dominação podem ser claramente percebidos quando observamos a sociedade capitalista. Nela, as grandes instituições é que regem a vida dos indivíduos.

Como pode se perceber, o tema é inesgotável e por esta razão será delimitado a partir da conceituação da palavra violência e abordá-la num contexto da sociedade contemporânea, bem como as formas que ela acontece e os tipos de violência encontrados nas diferentes instituições sociais. Em seguida, tomando como referência a teoria de Bourdieu, busca-se promover uma reflexão interessante sobre o tema violência simbólica, visando elucidar este problema que é contínuo e permanente nas redes sociais e no interior das escolas, e por fim conhecer e repudiar as práticas discursivas que disseminam valores pré-elaborados e preconceituosos, os quais são frutos de um sistema de ensino proposto para privilegiar uma minoria. Para tanto, utilizou-se de uma revisão bibliográfica como proposta metodológica de pesquisa para elucidar o tema proposto.

## **1 O conceito de violência**

No senso comum, a palavra violência é bastante utilizada e geralmente vem carregada de uma valoração negativa. Seu significado tem variado não só em função do contexto a que se aplica, como também das normas morais, éticas e da própria história da sociedade.

Para entendermos o fenômeno violência buscamos uma reflexão conceitual na etimologia da palavra. Nesse sentido, ‘violência’ deriva do latim, *violentiā*, e significa veemência e impetuosidade. A etimologia mostra uma ligação do substantivo violência com verbo violare, de onde provém violar, que significa também infringir, transgredir, profanar, tratar com irreverência, devassar.

Segundo o Dicionário Houaiss,

Violência qualidade do que é violento; ação ou ato de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força; exercício injusto ou discriminatório [...], constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém para obrigá-lo a submeter-se a vontade de outrem; coação (HOUAISS, 2001, p. 2866).

Observamos que esta definição traz o exercício da força como característica tanto da violência quanto do violento. Notamos elementos diferenciados que nos remetem a uma conceituação estática no que se refere à violência como sendo um adjetivo dado ao indivíduo violento.

Em geral, a conceituação oscila na tentativa de explicar comportamentos violentos àqueles referidos à criminalidade ou à agressão física de maior ou menor gravidade, ampliando sua abrangência para as manifestações de agressividade e indisciplina.

Por violência entende-se a intervenção física de um indivíduo contra outro indivíduo e ou grupo (ou também contra si mesmo). Para que haja violência é preciso que a intervenção física seja voluntária [...]. A intervenção física na qual a violência consiste, tem por finalidade destruir, ofender e coagir [...]. A violência pode ser direta ou indireta. É direta quando atinge de maneira imediata o corpo de quem sofre. É indireta quando opera através de uma alteração do ambiente físico no qual a vítima se encontra [...] ou através da destruição, da danificação ou da subtração dos recursos materiais. Em ambos os casos, o resultado é o mesmo; uma modificação prejudicial do estado físico do indivíduo ou do grupo que é alvo da ação violenta (BOTTOMORE, 1988, p.1291).

O autor reforça a associação do tema violência com fatos que causam impacto na vida social. Historicamente, sabe-se que a violência sempre existiu, porém, hoje, a rapidez das informações traz a discussão do tema para dentro de nossas casas a todo o tempo. Temos como questão contemporânea a complexidade do assunto e também sua banalização.

A violência não pode ser reduzida ao plano físico, mas abarca o psíquico e moral. Talvez se possa afirmar que o que especifica a violência é o desrespeito, a coisificação, a negação do outro, violação dos direitos humanos [...] (CANDAUI, 1995, p.141).

Segundo o autor, sua complexidade é típica da época em que vivemos, onde a fragmentação do pensamento pode ter um efeito negativo. Talvez, esteja aqui, o grande desafio do saber contemporâneo: os problemas que nos desafiam vêm da exterioridade do que podemos compreender com os recursos de nosso conhecimento. No entanto, não podemos ficar alheios pelo simples fato, de que sua complexidade nos fará pensar.

Mergulhados na vida cotidiana e enredados na trama do mundo, somos levados a falar sobre tudo, ou, sobretudo, acerca daquilo que nos afeta e, em nossa época de informação global e imediata, o que nos afeta é simplesmente a complexidade da vida e do mundo [...] (DRAWIN, 2011, p.13).

Somos levados a opinar sobre temas subjetivos como o futuro da humanidade, o sentido da vida, nossa relação com a natureza e o significado da violência na razão humana, enraizada na vida prática, ou seja, na experiência moral e no transcurso da história.

Quando se trata de direitos humanos, a violência abrange todos os atos de violação dos direitos: civis (liberdade, privacidade, proteção); sociais (saúde, educação, segurança, habitação); econômicos (emprego e salário); culturais (manifestação da própria cultura) e políticos (participação política, voto).

O fenômeno da violência emergiu como um problema para os indivíduos e a sociedade. Embora, muitas vezes, ligada aos atos violentos como os de agressões físicas, ela também acontece de uma forma dissimulada nas relações pessoais, onde o poder, a ordem e a reprodução de uma cultura são estimulados pela mídia fazendo com que determinadas situações mobilizem comportamentos agressivos que assinalam o poder coercitivo de um indivíduo sobre o outro, através de palavras, gestos, imagens, atitudes, ações entre outras.

A questão, no entanto, convida a uma conceptualização no plano da longa duração: durante milênios, através de formações sociais bem distintas, a violência e a guerra foram valores dominantes, a crueldade manteve-se com uma legitimidade tal que pôde funcionar como “ingrediente” dos prazeres mais requintados (LIPOVETSKY, 1983, p.162).

Conforme a citação, analisar a violência e a sua evolução como comportamento dotado de sentido em uma articulação social longe da mídia e do imediatismo em que o indivíduo está inserido é necessário voltar na história da humanidade para obter seu entendimento.

Ao longo de milênios as sociedades funcionaram e se organizaram de modo selvagem, longe de uma explicação ideológica ou econômica. Existiam apenas dois códigos, a honra e a vingança.

A honra no sentido de alguém se afirmar pela força, conquistando prestígio e reconhecimento através das lutas e duelos. O código de honra forneceu os estímulos sociais necessários para o surgimento de confrarias<sup>2</sup> de guerrilheiros, que fortalecidos pela relação existente no grupo e pela ligação direta com o código de vingança ganhavam o prestígio e

---

<sup>2</sup> Confraria: congregação, irmandade. Associação ou conjunto de pessoas do mesmo ofício, da mesma categoria ou que levam um mesmo modo de vida. Associação laica que funcionam sob princípios religiosos, fundada por pessoas piedosas que se comprometem a realizar conjuntamente práticas caritativas, assistenciais...

reafirmavam seu poder com o sacrifício e a morte. A vingança seria o reestabelecimento do equilíbrio, a garantia de que a ordem seria dada a partir da autorização primitiva que se transforma num meio de conquista para época.

Porém a evolução da humanidade e conseqüentemente o avanço da sociedade instituiu a divisão de classes e o Estado afasta o código de vingança e fortifica as ações onde a guerra, a apropriação de territórios e de escravos, recrutamento de exércitos, impõe a disciplina e a conduta autoritária. Começa então uma nova era de culto do poder, na qual a barbárie, a pena de morte vão tomando forma nas sociedades pré-modernas.

Com a instalação da hierarquia que distribui os homens em diferentes ordens surgiu o sistema judiciário e penal representando a ordem suprema. As próprias leis penais se limitavam a reproduzir a sua forma.

A história revela a sociedade regida pela honra, vingança, crueldade e aos poucos uma sociedade policiada, onde a violência não deixou de existir, mas passou por um processo civilizatório, de humanização de comportamentos que acompanha a pacificação do Estado moderno e que vem dar uma nova significação nas relações sociais onde o indivíduo caminha em busca do individual, do bem estar, do dinheiro, da segurança fazendo com que recuse a submissão das regras e passa a lutar pelos direitos de igualdade diante do grupo.

Se a violência é considerada contemporânea ao homem é importante considerar dois aspectos importantes do seu estudo, que trazem conceitos de dupla natureza. Em primeiro lugar, como explicar a violência através da filosofia? E, em um segundo, saber se o homem nasce ou não com ela e como (ou não) a utiliza nas relações sociais?

Segundo Tarcísio Padilha, a corrente filosófica que mais enfatizou o tema foi a existencialista. A crise do pensamento sustenta a ideia de Nietzsche (1844-1900) de que ‘a angústia é uma aventura que todo homem deve arrostar se não quiser perder-se’. Aventura que determina a busca em si mesmo, a busca do conhecimento de si. Isso porque a essência do homem está no tempo em que ele dedica ao próprio conhecimento. A angústia, considerada a consciência da finitude, é contínua, e com auxílio do tempo traz marcas profundas e irreparáveis. Se o indivíduo não enfrenta-la poderá sofrer das conseqüências de vivenciar dos sentimentos não atingíveis que, pela sua simples presença, leva o indivíduo a prática de um crime. Aqui surge o conceito de sociedade de consumo, que condiciona o homem a preludiar seu comportamento, reduzindo a uma atuação consciente e livre, que faz criar suas próprias prisões (PADILHA, 1971, p.170).

Considerando a violência em seu sentido amplo, podemos afirmar que ela é multiforme. Surge como forma de coação física, como desdobramento de um processo em que os mais baixos instintos emergem do nosso submundo para orientar o comportamento. É um processo que resulta de múltiplas causas com raízes históricas, culturais, econômicas e sociais. A violência deve ser entendida como uma categoria muito abrangente, que talvez, seja pouco discutida em termos da sua complexidade e abrangência.

Diante de tantos elementos importantes que definem o tema em questão é preciso uma indicação de amplitude do problema. De forma descritiva, à violência, como compreendida atualmente e sem nenhuma pretensão de esgotar a classificação, pode ser assim dividida:

a) Violência criminal – aquela que se refere às ações intencionais ou não, individuais ou coletivas que são tratadas no direito penal;

b) Violência política – relacionada às relações internacionais ou não, que podem ser definidas pela lei penal, mas que ultrapassam o próprio direito, pois colocam o Estado como principal praticante;

c) Violência social e econômica – refere-se aos atos pelos quais grupos de pessoas se beneficiam dos frutos do trabalho e dos benefícios sociais decorrentes da divisão de ganho ou da divisão desigual do trabalho;

d) Violência institucional – onde as instituições são consideradas numa democracia como garantidoras de direitos, passando a ser na verdade obstáculos para o acesso de direitos, pois se tornam praticante de violência contra o cidadão;

e) Violência internacional – que trata das questões de guerra, benefícios econômicos, contrabando, tráfico de drogas e pessoas, entre outros. Cabe aqui mencionar que, não muito nova, está em processo de ressignificação devido a um novo modelo de entendimento e de garantia de direitos;

f) Violência simbólica – está em todos os lugares e se reveste de um caráter não físico, mas não é menos danosa, pois pela violência simbólica (mídia, educação, moda, costumes, tradição, direito, religião, cultura) as pessoas tendem a aceitar condições injustas ou inadequadas e a naturalizar relações desiguais;

g) Violência tecnológica – que decorre da ampliação da nossa dependência moderna em relação à tecnologia, tornando-se forma de violência porque temos que nos adaptar a ela e se não fizermos parece que também perdemos o direito de acesso ao mundo globalizado;

h) Violência das guerras e do terrorismo – essa que está em alta em nossa sociedade,

baseada na violência tecnológica; tem o terrorismo como parte integrante da construção da sociedade em diferentes momentos da história;

i) Violência cotidiana – é aquela comum no dia a dia, embora não a consideramos destrutiva, em geral, decorre de conflitos intersubjetivos entre duas ou mais pessoas em diferentes espaços, ações e processos. A violência passa, muitas vezes, por um processo de naturalização, ou seja, é considerada ‘normal’ e, por isso, muitas pessoas não a identificam como violência. Existem várias formas de violência psicológica, como a mobilização emocional da vítima para satisfazer a necessidade de atenção, carinho e de importância, ou como a agressão dissimulada, em que o agressor tenta fazer com que a vítima se sinta inferior, dependente e culpada. A atitude de oposição e aversão também é um caso de violência psicológica, em que o agressor toma certas atitudes com o intuito de provocar ou menosprezar a vítima. As ameaças de mortes também são um caso de violência psicológica. Porém, ela possui efeitos diretos sobre a autoestima e o comportamento do outro. Por ser subjetiva e, por isso, de difícil identificação, a violência psicológica, na maioria dos casos, é negligenciada até por quem sofre - por não conseguir perceber que ela vem mascarada pelo ciúme, controle, humilhações, ironias e ofensas.

j) Violência psicológica - é facilmente encontrada nas diferentes instituições onde os indivíduos mantêm relações sociais. Ela é sutil e se materializa através das atitudes que buscam a sujeição, a submissão, a docilidade, a obediência e o conformismo entre outras atitudes que são manifestadas no convívio institucional. Este processo pelo qual enfatiza a manutenção, a ordem, o predomínio de uma cultura sobre outra, é fundamentada num outro enfoque, o da violência simbólica que possibilita conhecer e analisar os sistemas de pensamentos que legitimam a inconformidade e a busca de respostas para situações que reforçam toda a forma de imposição e dominação que ocorrem de maneira dissimulada nas relações sociais.

A dominação tem relação com o poder. Mas para que haja uma relação de poder é preciso que ocorra a imposição de uma vontade, geralmente por meios do discurso ou da ação. Enquanto na filosofia o poder requer certa empatia entre os envolvidos e assim aconteça a dominação, na sociologia, a dominação é entendida como decorrente do mundo, sempre haverá algo a ser dominado ou liderado. A probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas de um determinado grupo se faz através do carisma desta relação. A dominação sempre acontece porém nem sempre notamos que acontece. A dominação mais eficiente é

aquela que acontece lentamente; aos poucos o indivíduo se entrega, e quando nota já está sob o comando sendo difícil de reverter.

Portanto, violência não é só uso da agressão física, mas é também uso de palavras, gestos, atitudes que nos tornam fortes diante de alguém mais fraco. Ela é muito mais sutil e profunda quando a investigamos de modo detalhado. E, por mais que se tente compreendê-la, não é possível extingui-la ou anulá-la. Sempre estaremos de alguma forma, mesmo que inconsciente, fazendo uso da violência, para si ou para uma situação, interagindo e interferindo profundamente nas mentalidades, gerando novas práticas sociais.

## 2 Violência simbólica em Bourdieu

Vimos que existem várias formas de violência e ela não é só física. Existe um tipo de violência velada, que tem por propósito a indução de valores de um grupo, ou indivíduo sobre outro; é aquela que tem pouca visibilidade, mas que ocupa todos os espaços. A essa violência que se faz de forma dissimulada, chamamos de violência simbólica.

O conceito de violência simbólica tem por base o pensamento de Pierre Bourdieu (1930-2002), o qual busca teorizar a violência simbólica em seus escritos e obras publicadas, entre elas, *O poder simbólico* (2004), *Escritos de educação* (1998) e *A reprodução* (2014). Nelas, encontramos as ideias centrais, os principais conceitos, reflexões e argumentos de sua tese.

Bourdieu usou o conceito de violência simbólica para descrever o processo pelo qual a classe dominante economicamente impõe sua cultura e interesses aos dominados. Segundo ele, ocorre a internalização desses referenciais nos subalternos, que reconhecem a necessidade desta dominação se colocando em um papel subordinado e passivo.

[...] o poder simbólico, é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1998, p.7-8).

Segundo o autor, o sistema simbólico de uma determinada cultura é uma construção social e sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade, através da interiorização da cultura por todos os seus membros.

A violência simbólica se expressa na imposição dissimulada, com a interiorização da

cultura dominante, reproduzindo as relações do mundo. O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo. Considera a situação natural e inevitável e, assim, procura conformar-se.

Os indivíduos não se movem aleatoriamente ou casualmente [...] por um lado porque estão submetidos [...] as forças que conferem sua estrutura a esse espaço; e por outro, porque sua inércia própria, ou seja, suas propriedades [...] opõe-se as forças do campo (GONÇALVES, 2011, p. 50).

Violência que por não utilizar os meios da violência direta, seja física ou armada, torna-se mais difícil de ser percebida, e, por conseguinte, combatida. Porém, suas consequências são evidentes, em especial para a formação de uma sociedade justa e igualitária.

Bourdieu parte do princípio que a cultura, ou sistema simbólico é arbitrário, uma vez que não se ajusta numa realidade dada como natural. Ela é uma construção social e sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade, através da interiorização da cultura por todos os membros da mesma. Afirma ainda, que numa sociedade dividida em classes, as diferenças culturais são determinadas pela herança cultural constituída nas normas de falar, de conduta e de valores, adquiridas por cada grupo.

Trata-se de um tipo de manifestação de poder onde a capacidade de mobilizar, dominar, controlar, coordenar, manipular as relações desvendam possibilidades para descobrir onde se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado e menos reconhecido, surgindo como um mecanismo de dominação e inculcação de uma cultura.

O poder simbólico é encontrado em diferentes situações da vida cotidiana. Sejam nas relações afetivas, de trabalho, políticas, religiosas, intelectuais, educativas, ou ainda, nas formas mais grosseiras de manifestação de uma hierarquia, variando apenas na qualidade e no tipo de manifestação.

A conceituação de Bourdieu sugere que possamos observar as diferentes situações onde o poder simbólico se manifesta nas expressões culturais de uma sociedade naturalizando as rotinas e as situações cotidianas de um grupo social. Este sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar de um determinado grupo, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada é nomeado pelo autor como *habitus*.

O conceito de *habitus* é o mais conhecido das ideias de Bourdieu. Partindo de uma fundamentação teórica de alguns filósofos, a ideia de *habitus* foi pensada como um recurso

para escapar das ideias do estruturalismo<sup>3</sup>, sem recair na filosofia do sujeito e da consciência. *Habitus* surge como uma definição para conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Para Bourdieu, *habitus* são determinados pela condição de classe e se refere tanto a uma classe quanto a um grupo.

O sistema simbólico como instrumento de dominação nos remete a uma situação autenticamente política. Como forma de instrumento de imposição, hierarquização, distinção ou de legitimação da dominação de uma classe sobre outra vai reproduzindo determinados traços culturais, através da prática. A prática, por sua vez, fundamenta a noção de estratégia, que pode ser individual ou coletiva, e visa à manutenção, apropriação ou expansão do poder como produto de um programa inconsciente e racional.

O poder adquirido por alguns, chamado de capital simbólico, confere força e legitimidade ao agente ou ao grupo que possui reconhecimento.

A escolha do reconhecido culturalmente está relacionada ao campo intelectual. Como os demais campos de produção cultural, contribui com a violência simbólica na medida em que legitima ou valoriza determinados produtos ou formas de pensamento e explicações do mundo e da realidade social (GONÇALVES, 2011, p. 59-60).

Para compreender melhor a realidade social, Bourdieu propõe a teoria dos campos, definindo como um espaço de trocas e de jogo de poder; espaço de mobilização onde os indivíduos disputam e se aproximam por diversos motivos ou formas (simbólico, cultural, econômico). Ele aponta as relações em diferentes campos e, entre eles, a escola, onde a violência é comum, na medida em que determinados conhecimentos e culturas são selecionados e apresentados como melhores do que outros.

Bourdieu possibilita uma análise aprofundada no âmbito escolar e suas relações sociais, através da percepção de sua função ideológica, política e legitimadora de uma ordem arbitrária em que se funde o sistema de dominação e do mascaramento da realidade social. Em sua análise, ele acentua um sistema de reprodução que, ao invés de transformar a sociedade e permitir a ascensão social, ratifica e reproduz as desigualdades.

A partir de estudos, o autor acentua que no interior de uma sociedade de classes

---

<sup>3</sup> O 'estruturalismo' é uma construção teórica iniciada pelo etnólogo Claude Lévi-Strauss (1908-2009) que se tornou um dos métodos mais extensamente utilizados para analisar a língua, a cultura, a filosofia da matemática e da sociedade na segunda metade do século XX. De um modo geral, o estruturalismo procura explorar as inter-relações dentro de uma cultura onde os significados são produzidos e reproduzidos através de várias práticas, fenômenos e atividades que servem como sistemas de significação.

existem diferenças culturais e, por sua vez, a classe burguesa possui um determinado patrimônio cultural constituído de normas de falar, de conduta, de valores etc.. Já, as classes trabalhadoras possuem outras características culturais que lhes têm permitido sua permanência enquanto classe. A escola, por sua vez, ignora estas diferenças selecionando e privilegiando as manifestações das classes com maior patrimônio cultural. Com esta atitude, ela favorece aqueles que dominam ou tem mais acesso a cultura, reforçando a ideia de uma instituição que é uma continuidade da família e de sua prática social, enquanto que os outros, com menos patrimônio cultural, precisam assimilar a concepção das classes dominantes.

Os autores Bourdieu e Passeron (2014) desenvolveram a teoria da reprodução baseada no conceito de violência simbólica. A teoria da reprodução baseia-se na premissa de que as relações de poder, nas sociedades humanas, contêm sempre uma dimensão de violência simbólica, ou seja, de imposição de um conjunto (arbitrário) de referentes culturais (saberes, linguagens, normas, valores, representações, etc.) dos grupos dominantes ao conjunto da sociedade, como reforço da sua posição privilegiada. Quanto maior essa inculcação e legitimação, menor a necessidade da coação física.

Para estes autores, toda ação pedagógica é uma violência simbólica, pois reproduz a cultura da classe dominante, suas significações e convenções, impondo um modelo de socialização que favorece a reprodução da estrutura das relações de poder.

A igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou melhor, exigida (BOURDIEU, 1998, p.53).

A definição de Bourdieu sobre violência simbólica, ou seja, do desprezo da cultura popular e a interiorização da expressão cultural de um grupo mais poderoso economicamente, faz com que essas percam sua identidade pessoal e suas referências, tornando-se mais sujeitos a dominação.

O caráter simbólico da violência determina duas características fundamentais da estrutura de classes da sociedade capitalista, decorrentes da divisão social. O autor analisa que o processo educacional se utiliza de dois meios para exercício do poder: primeiro, reproduz a cultura vigente através das representações simbólicas ou da ideologia; e, segundo, as estruturas de classes que atuam na própria realidade.

Para Bourdieu, o indivíduo que possui mais acesso à cultura tem infinitamente mais

chance de conseguir êxito escolar, pois o currículo se constitui num verdadeiro julgamento sobre o aluno. Desta forma, a escola cumpre sua função de reprodução social e cultural e da perpetuação da sociedade capitalista.

A violência simbólica permite que a escola não exerça necessariamente uma violência física, mas sim a violência mediante forças simbólicas que levam as pessoas a pensarem e agirem de tal forma que não percebem o poder simbólico presente na imposição de hábitos e códigos característicos de um grupo social.

A educação perde seu papel na transformação da sociedade para ser uma colaboradora nas injustiças sociais que, de maneira dissimulada, mantem a desigualdade e o pensamento da classe detentora do poder.

O conceito de violência simbólica de Bourdieu rompe com as concepções da ação pedagógica não violenta, neutra, pois carregam em si, de maneira sutil, as relações de poder que dividem e punem reforçando a cultura da classe dominante. Diante disto, faz-se necessário refletir sobre as ações que acontecem no campo educacional e a influência na reprodução de um modelo exigido socialmente.

### **3 Análise dos elementos que contribuem à presença de violência no contexto escolar**

Todo e qualquer esforço no sentido de entender ou identificar as razões que decorrem em violência nas instituições de ensino passa, necessariamente, por uma análise do tipo de sociedade onde a escola está inserida.

Considerando os aspectos históricos, econômicos, culturais, pedagógicos, percebemos que eles são a base geradora de todos os conflitos e agressões a que estão submetidos os agentes no processo de fazer educação.

A presença da violência nas instituições escolares abrange atualmente tanto as escolas públicas quanto as privadas, mudando apenas as formas para enfrentar esses desafios, que variam de uma realidade para outra. Assim, as reflexões a serem empreendidas devem incorporar o pressuposto de que não se trata de um fenômeno estritamente brasileiro. Por isso, a análise de causas e relações que geram condutas violentas nas instituições de ensino impõe alguns desafios aos pesquisadores e profissionais da educação, pois demanda tanto o reconhecimento das especialidades das situações como a compreensão de processos mais abrangentes que produzem a violência como um componente de vida social e das instituições,

em especial a escola na sociedade contemporânea.

Os estudos realizados, por diferentes pesquisadores, busca investigar a violência como determinado por condições históricas e sociais que explicam o aparecimento de condutas violentas, a partir do fator pobreza. Porém, os argumentos utilizados são insuficientes. Por esta razão, torna-se necessário percorrer outra possibilidade de análise, traduzida na violência escolar, que nasce no interior da escola ou como modalidade de relação direta com o estabelecimento de ensino.

A compreensão do fenômeno violência começa a ser timidamente deslocada; abandona-se a ideia de atribuir responsabilidade ao outro, o estranho, aquele que esta fora da comunidade escolar. [...] tornam-se mais evidentes certas formas da vida escolar ou da cultura impregnada de condutas violentas (SPOSITO, 2004, p. 175).

No entendimento de Sposito (2004) a violência foi estudada por muitos anos, sobretudo nos anos 80, referindo-se à segurança dos estabelecimentos, quando se iniciaram os primeiros movimentos de voto direto em nosso país. Já, em 90, o foco de estudo mudou para casos de vandalismo e depredação, nos intervalos de uma disciplina e outra, ocasionados pelos próprios alunos que se sentiam excluídos do contexto escolar.

A inexistência de referências capazes de estruturar novos sentidos para a busca da educação ordenada se inscreve em situações paradoxais. A ausência de significados positivos para a vida escolar caminha ao lado de novas exigências de domínio de linguagens, informações, conhecimento, enfim, de todo o campo da atividade simbólica contemporânea que pressupõe o domínio de habilidades a serem adquiridas principalmente nas escolas (SPOSITO, 2004, p.185).

A autora chama atenção para a importância dos vínculos democráticos construídos no espaço da escola como forma de dar maior significado e reduzir os índices de violência. Já não cabe mais o modelo de escola formadora de novas gerações. Trata-se de sinalizar valores positivos para as diferentes formas de convivência. Caso contrário, as incertezas do futuro, a indiferença e a violência serão respostas frequentes a banalização expressa no sistema de ensino.

Entretanto, a própria noção de violência contém diversas significações, pois o limite entre o reconhecimento ou não do ato violento são definidos pelos envolvidos em condições diversas. De um lado, estão as condutas que envolvem a destruição e a força; do outro, não podem deixar de considerar ao menos as práticas mais sutis e cotidianas observadas em sala

de aula, que veiculam a violência simbólica presentes na relação pedagógica.

Atos anteriormente classificados como produtos usuais de transgressões de alunos às regras disciplinares, até então tolerados por educadores como inerentes ao seu desenvolvimento, podem hoje ser sumariamente identificados como violentos, envolvendo agressões físicas, podem ser consideradas, pelos atores envolvidos, episódios rotineiros ou mera transgressão às normas do convívio escolar (SPOSITO, 2004, p. 165).

Sposito (2004) reforça ainda a necessidade de investigação ao que diz respeito ao modo como, no âmbito da instituição escolar, são construídas as definições que designam e normalizam condutas violentas ou indisciplinadas por parte das pessoas envolvidas (professores, alunos, funcionários, pais, entre outros).

O poder não é solitário. Ele existe na relação com o outro e nesta relação surge o líder e, através deste, o comandado. Assim, o problema de relacionamento não se dá apenas entre aluno-aluno, mas também entre alunos e professores. Quando se tenta analisar o relacionamento entre iguais é importante refletir sobre os diferentes tipos de personalidades, comportamentos, formas de educação, influência da família, autoestima, dentre outros aspectos que se deve considerar.

A violência transcende a mera conduta individual e se converte num processo interpessoal, que poderá afetar além dos dois protagonistas, um terceiro que seria considerado aquele que contempla sem poder ou sem querer evita-la. A violência entre colegas é muito mais complexa do que se apresenta. O que parece um fato rotineiro está entrelaçado com um contexto cultural da formação da pessoa.

O poder, como apropriação antecipada, como futuro apropriado, é que mantém as relações entre os agentes para além da criação contínua das interações ocasionais. (BOURDIEU, 1998, p. 97).

No entanto, é possível reconhecer que a violência faz parte de um contexto mais amplo, que é a própria sociedade, da qual faz parte a família e o professor, como representantes do contexto cultural sobre o aluno, a que os sociólogos Bourdieu e Passeron (2014) já sinalizaram como violência simbólica.

O acesso à educação, o sucesso escolar e a escolaridade prolongada até a universidade, constitui um processo de violência simbólica porque produz privilégios existentes na sociedade, beneficiando os já favorecidos socialmente. Não cabe à escola promover a

democratização e possibilitar a ascensão social, ao contrário, ela reafirma os privilégios e confirma o *habitus*<sup>4</sup> de classe.

Compreende-se que, numa sociedade diferenciada, o efeito da universalização é um dos mecanismos, e sem dúvida dos mais poderosos, por meio dos quais exerce a dominação simbólica ou, se preferir, a legitimação de uma ordem social (BOURDIEU, 2004, p. 246).

Para tanto, observa-se, então, que as instituições escolares transmitem às crianças de todas as classes sociais saberes enredados na ideologia dominante. A escola traz na cultura escolar, uma instituição estruturada sobre processos, normas, valores, rituais e formas de pensamento que constituem uma cultura própria.

A cultura, por sua vez, revela que a escola é um espaço de inculcar comportamentos e hábitos. Revela-se aqui a evidência de que a escola não é um lugar de aprendizagem de saberes, mas é um lugar de inculcação de pensamentos. Muito embora se acredite que é um local democrático, as reflexões nos levam a crer que as interferências do Estado fazem com que os envolvidos neste contexto, sintam-se incapazes e impossibilitados de pensar de modo próprio e de ter autonomia reproduzindo, assim, a ideologia dominante.

A sociedade legitima este tipo de violência seja por descaso, concessão ou mesmo quando adota padrões de comportamento que devem ser seguidos, os quais trazem em si atitudes que podem ser consideradas violentas à dignidade do ser humano, não respeitando o direito de escolha.

Em relação ao contexto escolar, podemos dizer que quando se ensina algo sem explicar quais as relações de poder social que determinaram sua validade, está se praticando uma violência do tipo simbólico.

#### **4 A violência simbólica e suas implicações na educação**

Nos dias atuais, convivemos com desigualdades de um modo geral, como se fosse algo que é da natureza do ser humano. No ambiente escolar não é diferente, pois, sem que percebamos, ela também se faz presente em forma de imposição de uma cultura.

---

<sup>4</sup> Conforme vimos no início do texto, o conceito de 'habitus' foi desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu com o objetivo de pôr fim à antinomia indivíduo/sociedade dentro da sociologia estruturalista. Relaciona-se à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir.

A violência esta se tornando tão constante e cada vez mais frequente no dia a dia que nem se percebe pequenos atos como violentos, o que agrava a situação. Na medida em que esses pequenos atos passam a ser considerados normais devido a sua frequência, acaba-se banalizando a violência, o que contribui para a formação de hábitos e atitudes, geradores de uma cultura.

Neste contexto, pode-se pensar que a educação reproduz a hierarquia social, onde a ideia de cultura está relacionada à ideia de grupos e classes sociais. A hierarquia que se manifesta nas relações sociais, onde determinados indivíduos se submetem a vontade de outros, como forma de exercício de poder pela força de persuasão exercida com interferência do Estado, é reproduzida no contexto escolar.

Partindo do princípio de igualdade (de atendimento), e tratando alunos desiguais em suas origens e propriedades (capitais) da mesma forma, a escola acaba por reforçar as diferenças preexistentes, por meio do discurso pedagógico, na medida em que o que é avaliado nem sempre se relaciona com a aprendizagem, mas com posturas derivadas do capital social e cultural dos estudantes e suas famílias (GONÇALVES, 2011, p. 69).

A violência simbólica nas escolas ocorre de várias maneiras, tanto do professor para o aluno quanto vice-versa. Ela acontece quando o professor trata todos os alunos iguais sem considerar suas diferenças sociais, econômicas, ou quando o professor impede o aluno de pensar, fazendo apenas a reprodução do que deseja a instituição. Do mesmo modo, ela ocorre do aluno para o professor, quando este se demonstra desinteressado pelo conteúdo que o professor repassa.

A violência é manifestada aqui através de comportamentos dos alunos e de uma realidade pouco suportável, na qual os educadores usam de autoridade e de punição para manter uma ordem. São estabelecidas regras, controles e formas disciplinares para aqueles que não se enquadram ao padrão por ela determinado.

Na opinião de Bourdieu, o poder exercido pelos educadores é o da inculcação e de imposição, do arbitrário cultural<sup>5</sup>, onde os conteúdos, métodos de trabalho, avaliação, são impostos pelos agentes como importantes e dignos de serem aprendidos. Assim, mantem-se a reprodução de um sistema e, conseqüentemente, a de uma violência simbólica.

---

<sup>5</sup> Arbitrário cultural na concepção antropológica da cultura descrita por Pierre Bourdieu pode ser objetivamente como valores que orientam cada grupo em suas atitudes e comportamentos; seriam, por definição, arbitrários, e não estariam fundamentados em nenhuma razão objetiva, universal. Apesar de arbitrários, esses valores – ou seja, a cultura de cada grupo – seria vivida como os únicos possíveis ou, pelo menos, como únicos legítimos.

A violência simbólica é esta coerção que se institui por intermédio de um dominante e um dominado, onde o abuso do poder, baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de autoridade, sujeição, discriminação e exclusão, instrumentaliza as estratégias de poder.

O conceito de violência simbólica de Bourdieu rompe com as concepções da ação pedagógica não violenta, neutra. A violência física é tratada nos meios jurídicos e a violência simbólica encontra sua legitimação nos currículos escolares, que asseguram a perpetuação da classe dominante, uma vez que o sujeito é impedido de elaborar sentidos e significados, pois estes já estão prontos para serem assimilados.

Se observarmos o cotidiano das escolas veremos muitos exemplos de violência simbólica quando alunos relatam que os professores tem dificuldade de conversar com eles, humilhando-os e ignorando seus problemas, expondo-os ao ridículo quando perguntam ou respondem a uma pergunta.

No campo educacional, a violência simbólica muitas vezes passa despercebida. Não obstante, em algumas situações ela é claramente identificável. Por exemplo: quando as regras da escola não são claras, quando os alunos são pré-julgados ou não escutados; ou, ainda, quando os professores recebem baixos salários, acumulam funções e são forçados a adotar uma didática pré-definida e fora do contexto social.

Nesse contexto, a escola condena sutilmente e até mesmo imperceptivelmente a exclusão da maioria e conseqüentemente seu fracasso, pois todos aparentemente são providos de oportunidades iguais. Revela-se aí, os mecanismos pelos quais a escola reforça o poder dos culturalmente privilegiados e reproduz as desigualdades sociais.

### **Considerações finais**

A realidade educacional, dentro de uma sociedade capitalista, esporadicamente cumpre sua função como reprodutora de desigualdades sociais e culturais. Como parte do cotidiano escolar, a violência se torna fruto dessas desigualdades, quer seja pela imposição de regras coletivas ou pela repetição dos modelos que os alunos vivenciam no ambiente familiar.

O poema de Eduardo Alves da Costa citado na epígrafe traz a reflexão para o fato de que é necessário despertar. Despertar no sentido de estar atento aos modelos pré-estabelecidos que designam uma série de ações que retiram os direitos, o modo de pensar e agir dos

indivíduos.

No campo educacional não é diferente. É necessário despertar. A violência simbólica muitas vezes passa despercebida. Ela instala-se não nos documentos da escola. Não é algo oficializado nos discursos, explícito e, por isso, pode manter-se durante gerações, sem que as pessoas envolvidas percebam-se vítimas de violência, mas isto não significa que não levem consigo consequências severas destas agressões.

A proposta de currículo oferecida aos alunos, ou seja, tudo que se ensina e se aprende, no âmbito do espaço escolar, faz com que o trabalho desenvolvido em sala vá além dos conteúdos de matemática, português, ciências e outras áreas do conhecimento. É necessário adaptar o currículo conforme a necessidade da cultura, incluindo todas as experiências do ensinar e aprender.

Silva (1999) reforça que se deve trabalhar e respeitar as diferenças porque sob aparente diferença há uma mesma humanidade. E ao receber estas influências, o ser humano passa por mudanças em relação à cultura, religião, modos de vida que vão lhe fazer bem e acrescentar com o contato e as relações entre culturas as mudanças de hábitos.

A contribuição dos trabalhos realizados por Bourdieu é considerável e tem grande valia no entendimento de que este fenômeno não é unicamente produto das ações individuais. A lógica destas ações deve ser procurada na racionalidade dos envolvidos e, por isso, reforça a ideia de que a escola não é neutra. Desta maneira, percebe-se na escola, que a violência simbólica é sofrida multilateralmente fazendo parte do processo educacional.

Neste sentido, o primeiro passo é conceituar sobre as diferentes formas de violência e refletir sobre o processo que determina socialmente os agentes e vítimas da violência simbólica, objeto deste estudo. Por fim, ainda que sucintamente, é preciso lembrar que nem todos os conflitos que ocorrem na escola são próprios da instituição de educação. Muitos são oriundos das dinâmicas sociais.

Precisamos despertar! A diminuição ou contenção da violência simbólica deve ser feita mediante práticas de direitos humanos incorporadas nas políticas públicas.

O respeito aos princípios básicos dos direitos humanos deve ser a razão de ser das políticas públicas e, nesse sentido, devem ser banidos todas as desigualdades sociais recorrentes de uma ação social exigindo que uma educação em direitos humanos não seja reduzida a uma série de técnicas didáticas desvinculadas ou isoladas de um contexto social. A educação precisa expressar atitudes, saberes, comportamentos e compromissos nas diferentes

atuações do dia a dia. Trata-se de algo básico para que a violência escolar possa ser devidamente trabalhada e compreendida de modo descontextualizado e reduzido à questão de segurança.

Lembremos, por fim, que os casos de indisciplina na escola, muitos dos quais permeados de violência estão relacionados com a quebra de uma promessa da escola, que conseguirá um futuro melhor e uma melhor ascensão social e econômica, aquele que se submeter a seus ritos de disciplina e aprendizagem.

Hoje sabemos que a promessa de um futuro melhor está longe de ser cumprida, pois não faz parte das discussões políticas que atendam as necessidades de absorção do mercado de trabalho da sociedade.

Todavia é importante agregar a discussão da violência na escola passa pela indagação acerca da significação social que essa instituição pode e deve assumir a partir de agora numa sociedade em que ela é condição necessária, mas não suficiente, para obtenção de emprego, uma vez que os fatores de seletividade para o acesso ao mundo do trabalho não se limitam mais aos padrões de escolaridade.

Assim, se faz necessário à construção de uma nova denominação para a escola, isto é uma nova abordagem histórica para as funções a que ela se destina. Tarefa esta que se aproxima de um direito do homem – o direito a educação, ao acesso igualitário e qualificado que é próprio da escola e que serve de base para tantos outros direitos humanos.

A ausência de diálogo e reflexões acerca da violência escolar pela própria escola, e entendemos escola como toda comunidade que dela faz parte, tem estabelecido uma prática que confirma a tese da violência simbólica. Podemos citar, por exemplo, que educadores responsabilizam os educandos, seus familiares e a sociedade pela violência; as famílias, por sua vez, acreditam cada vez menos na escola. Criam-se, então, nesse espaço, divisões de olhares em que cada um, para defender-se, acusa a outrem.

Assim, concluímos este trabalho sem o desejo de esgotar a discussão sobre a violência na escola, mas suscitar novas reflexões ao seu entendimento e superação, contribuindo auxiliando as instituições escolares na discussão e na prática de propostas educativas que contemplem esta temática, visto que foi a prática escolar que nos instigou para realizarmos esse trabalho e a ela dedicamos tais registros.

## Referências

- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Orgs.). Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz; MARANDINO, Martha. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DRAWIN, C. R. O paradoxo antropológico da violência. In: ROSÁRIO, Â. B. do; KYRILLOS NETO, F.; MOREIRA, J. de O. (Orgs.). **Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica**. Barbacena: EdUEMG, 2011. p.12-32.
- GONÇALVES, Nadia G. **Pierre Bourdieu para além da reprodução**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Coleção Educação e conhecimento.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LEGRAND, Gerard. **Dicionário de Filosofia**. Edições 70. Lisboa, 1983.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A Era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Ed. Relógio D'Água, 1983.
- PADILHA, Tarcisio M. **Filosofia, ideologia e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1971.
- ROSSATO, Ricardo. **As bases da sociologia**. Santa Maria: Biblos, 2006.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução as teorias de currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SPOSITO, Marília Pontes. A instituição escolar e a violência. In: CARVALHO, José Sergio (org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.